

ALVARÁ DE LICENÇA PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS

N.º 89 / 2014 / CCDRN

(Renovação de Alvará de Licença N.º 102/ 2013/ CCDRN)

Proc. 224/12-DPCA

(560393)

Nos termos do artigo 35.º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho que altera e republica o Decreto-lei n.º 178/2006 de 5 de setembro, é emitido o presente Alvará de Licença à empresa **OLSILVA, Lda.** com sede Rua Nova das Alheiras, n.º 163, 4415-272 Pedroso, freguesia de Pedroso, concelho de Vila Nova de Gaia detentora do NIF 509 074 707 para as operações de tratamento de resíduos do ponto I do artigo 23º da atual redação do Decreto-lei n.º 178/2006 de 5 de setembro.

Operação(ões) de gestão de resíduos:

- Despoluição, desmantelamento, triagem, compactação, acondicionamento de veículos em fim de vida [Decreto-Lei n.º 196/2003 de 23 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 64/2008 de 8 de Abril] – CAE 38311 (Desmantelamento de veículos automóveis em fim de vida), de acordo com o Anexo II do Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de Junho.
- Tratamento de resíduos perigosos e não perigosos (art.º 23º, do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho) – CAE 38212 (Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos), CAE 38220 (Tratamento e eliminação de resíduos perigosos) de acordo com o Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

O presente alvará de licença renova, altera e substitui o alvará de licença n.º 102/2013/CCDRN e é válido de 8 de outubro de 2014 a 8 de outubro de 2018, ficando a realização da operação de gestão de resíduos sujeita ao cumprimento integral das especificações em anexo, as quais fazem parte integrante do presente alvará.

Porto, 14 de outubro de 2014

A Diretora de Serviços de Ambiente

(Paula Pinto)

(O presente Alvará de Licença só pode ser reproduzido no seu todo (24 páginas))

Especificações anexas ao Alvará N.º 89/ 2014 / CCDRN

1. Identificação da Instalação

Rua Nova das Alheiras, n.º 163, 4415-272 Pedroso			
Freguesia	Pedroso	Concelho	Vila Nova de Gaia
Telefone	917623939	Fax	-----
Endereço eletrónico	olsilva.lida@gmail.com		
Georreferenciação	Coordenadas GPS	41° 05' 18,00'' N	8° 32' 20,00'' W
Técnico Responsável	Nuno Alves da Silva		

2. Descrição da Atividade

2.1. Esta licença é válida para o tratamento de Veículos em Fim de Vida (VFV) ligeiros e pesados provenientes de proprietários/detentores de VFV, destinados à operação de valorização de resíduos R12 - Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de R I a R II e R13 - Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R I a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada), conforme consta no anexo II do Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de Junho. Para armazenagem, triagem, corte e prensagem de resíduos não perigosos destinados à operação de valorização de resíduos R12 – Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de R I a R II, à operação de valorização R13 – Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R I a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada), bem como à operação de eliminação D15 - armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de

D1 a D14 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada), de acordo com o Anexo II, do Decreto-lei nº 73/2011, 17 de junho. Para dismantelamento de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) não perigosos (cabos elétricos, placas eletrónicas, motores elétricos) destinados à operação de R12 – Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de R1 a R11, à operação de valorização R13 – Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada), conforme consta no anexo II do Decreto-Lei nº 73/2011 de 17 de Junho. E, ainda armazenagem de resíduos perigosos (incluindo, resíduos de construção e demolição (RCD)) e REEE perigosos e não perigosos destinados à operação de valorização R13 – Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada), bem como à operação de eliminação D15 - armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada), de acordo com o Anexo II, do Decreto-lei nº 73/2011, 17 de junho.

2.2 A empresa dispõe de uma instalação com uma área total de 15150 m². A área coberta é de 4020 m², sendo 3770 m² afeta à realização das operações de gestão de resíduos e 250 m² destinada à área social e administrativa.

Relativamente às zonas afetas à gestão dos veículos em fim de vida refere-se que o espaço destinado ao desenvolvimento desta atividade está organizado nas seguintes áreas:

- Zona de Receção e armazenamento de V.F.V por descontaminar (LER 16 01 04 (*)) – destinada à receção e à armazenagem de VFV, LER 16 01 04 (*), com o objetivo do seu posterior encaminhamento para as operações de descontaminação. Esta zona exterior com capacidade de armazenagem de 125 VFV ligeiros e 25 VFV pesados encontra-se devidamente identificada e delimitada, possui pavimento impermeabilizado, com área suficiente para que os VFV não sejam

- empilhados, equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separador de hidrocarbonetos.
- Zona de Receção e armazenamento de V.F.V despoluídos (LER 16 01 06) – destinada à receção e à armazenagem de VFV, LER 16 01 06 com o objetivo do seu posterior encaminhamento para as operações de desmantelamento. Esta zona exterior com capacidade de armazenagem de 35 VFV ligeiros e 20 VFV pesados encontra-se devidamente identificada e delimitada, possui pavimento impermeabilizado, com área suficiente para que os VFV não sejam empilhados, equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separador de hidrocarbonetos.
 - Zonas de descontaminação – zona coberta equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separador de hidrocarbonetos, destinada ao tratamento de VFV, nomeadamente à remoção e separação os seus componentes, com vista à sua despoluição e à reutilização, valorização ou eliminação dos materiais que o constituem. Possui equipamento que permite realizar a remoção, em condições de segurança, dos acumuladores e dos depósitos de gás liquefeito (GPL); remoção ou neutralização dos componentes pirotécnicos (air-bags e pré-tensores dos cintos de segurança); remoção do combustível, do óleo do motor, do óleo da transmissão, do óleo da caixa de velocidade, do óleo dos sistemas hidráulicos, do líquido de arrefecimento, do anticongelante, do fluído dos travões e dos fluídos dos sistemas de ar condicionado.
 - Zona de desmantelamento de VFV, zona coberta equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separador de hidrocarbonetos, destinada ao tratamento de VFV, nomeadamente à remoção e separação os seus componentes, com vista à sua despoluição e à reutilização, valorização ou eliminação dos materiais que o constituem. Possui equipamento que permite realizar a remoção, em condições de segurança, de componentes p/ reutilização – peças 2º mão, de catalisadores, de pneus, de componentes metálicos (cobre, alumínio) e de vidros.



- Zona de armazenagem de peças e componentes auto p/ venda, zona coberta, onde os resíduos provenientes do desmantelamento de VFV são armazenados convenientemente em espaço coberto, com superfície impermeável e equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separador de hidrocarbonetos. A zona de armazenamento de materiais ou componentes perigosos retirados dos VFV dispõe de dispositivos de retenção de derrames (bacias de retenção). Existem contentores apropriados e devidamente identificados para o armazenamento de baterias, filtros de óleo e condensadores contendo PCB/PCT.

Complementarmente, existirá um sistema de registo de viaturas rececionadas e de registo de data da sua receção, dos seus dados (matrícula, número de chassis, categoria, marca e modelo, com informação do último proprietário e, ainda, das quantidades de materiais desmontados e encaminhados, por tipo de materiais ou componentes e de destinatário.

Para os restantes resíduos metálicos e não metálicos, após pesagem no instrumento de pesagem de instalação fixa, é feita a descarga dos resíduos em local específico seguido de uma triagem (R12) de forma a separá-los por tipos e dimensões. Alguns resíduos poderão chegar já triados ao estabelecimento, sofrendo unicamente armazenagem (R13). Os resíduos classificados são convenientemente armazenados a granel, sobre pavimento impermeabilizado e dotado de drenagem para sistema de tratamento, ou armazenados dentro de contentores (R13).

O armazenamento pode ser feito tanto no interior do edifício quer no exterior, de acordo com as plantas em anexo. Alguns resíduos metálicos podem ainda ser sujeitos a operações de corte e prensagem (R12), tendo em vista a otimização do seu armazenamento e encaminhamento para destino final. O caso dos resíduos de papel/ cartão/ plástico são compactados (R12) e armazenados (R13) antes do encaminhamento para destino final.

Os cabos elétricos serão sujeitos a um processo de separação de plástico/metal, incluindo uma operação de pré-trituração e trituração em moinho apropriado (R12). O produto final será granulado



de plástico e de metal, que será armazenado e posteriormente comercializado como matéria prima a outros estabelecimentos.

As pilhas e acumuladores serão armazenados numa zona coberta com cerca de 50 m² de área dentro de contentores estanques e de composição que não reaja com o eletrólito, na posição vertical, voltadas para cima e com as tampas fechadas.

Relativamente aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), para o caso dos que contenham materiais ou constituintes considerados perigosos, são sujeitos unicamente a armazenamento (R13), de acordo com o previsto no ponto I do Anexo IV do Decreto-Lei n° 67/2014, de 7 de maio.

Os REEE que não contenham materiais ou componentes perigosos poderão ainda sofrer operações de triagem e desmantelamento (R12), com separação dos seus constituintes (chapas metálicas, placas eletrónicas, motores elétricos, plástico), tendo em vista as suas valorizações futuras.

Relativamente aos resíduos de construção e demolição (RCD) perigosos são sujeitos unicamente a armazenamento adequado dentro de contentores estanques (R13), em local coberto, com piso impermeabilizado, com drenagem para o sistema geral de tratamento das águas residuais dos pavimentos (separador de hidrocarbonetos). Os RCD não metálicos também estarão unicamente sujeitos a operações de armazenamento (R13), no exterior sobre pavimento impermeabilizado e com drenagem para o sistema de tratamento das águas residuais dos pavimentos. Os RCD metálicos não perigosos poderão estar sujeitos, para além do armazenamento, a operações de triagem, corte e compactação (R12) feitas sobre pavimento impermeabilizado e com drenagem para o sistema geral de tratamento das águas residuais dos pavimentos.

Os pneus serão armazenados (R13) no exterior em contentores ou a granel sobre pavimento impermeável com drenagem para o separador de hidrocarbonetos.

Todos os resíduos são posteriormente encaminhados para operadores devidamente licenciados.

2.3 Os principais equipamentos afetos à atividade são:

Detetor fixo de radiação RADCOMM-RC 4069-2, detetor portátil de radiação RADCOMM-RC2, espectrofotómetro NITON – XL2 980 Gold, grua fixa LOGLIFT 96ST96, grua móvel SENNEBOGEN 825M, grua móvel FUCHS MHL331D, grua móvel CATERPILLAR M322C, grua florestal LOGLIFT F96ST97, prensa/guilhotina LOLLINI AL – C606, tesoura móvel JMC 640, enfardadeira MOROS GC-V-210, máquina de triturar cabo elétrico GUINETTI, máquina de movimentação de cargas MHL, tesoura de corte vertical SQUALO 2000, máquina de desmontar pneus MONDOLFO FERRO 56”, carregadora BOBCAT S160 com balde e vassoura, separadora de jantes T-REC, báscula cachapuz de 80 toneladas, báscula cachapuz de 3 toneladas, compressor KAESER ASD 37, sistema de extração, drenagem e armazenamento de fluídos dos VFV, um equipamento de desativação de componentes pirotécnicos, um equipamento de extração de ar condicionado, um equipamento de apoio à extração de vidros, um equipamento para despoluição de amortecedores, um equipamento de ar comprimido, dois empilhadores TOYOTA de 3 e 5 toneladas, equipamentos de elevação de viaturas e, ainda, várias ferramentas manuais.

2.4 Esta licença somente é válida para os seguintes resíduos, classificados com os códigos LER (Lista Europeia de Resíduos)

Cód. LER	Designação	Quantidade máxima anual (t/ano)	Operação
07 02 13	Resíduos de plásticos.	1500	R12, R13
10 02 01	Resíduos do processamento de escórias.	500	R13
10 02 02	Escórias não processadas	100	R13
10 02 10	Escamas de laminagem.	100	R13
10 03 02	Resíduos de ânodos.	100	R13
10 03 05	Resíduos de alumina.	100	R13
10 05 01	Escórias da produção primária e secundária.	100	R13
10 05 04	Outras partículas e poeiras.	100	R13
10 06 01	Escórias da produção primária e secundária.	100	R13
10 06 04	Outras partículas e poeiras.	100	R13
10 07 01	Escórias da produção primária e secundária.	500	R13
10 07 02	Impurezas e escumas da produção primária e secundária	25	R13
10 07 04	Outras partículas e poeiras.	100	R13
10 08 04	Partículas e poeiras.	100	R13
10 08 09	Outras escórias.	100	R12, R13
10 09 03	Escórias do forno.	500	R12, R13
10 09 06	Machos e moldes de fundição não vazados não abrangidos em 10 09 05.	200	R12, R13
10 09 08	Machos e moldes de fundição vazados não abrangidos em 10 09 07.	1500	R12, R13
10 10 03	Escórias do forno.	500	R12, R13
10 10 06	Machos e moldes de fundição não vazados não abrangidos em 10 10 05.	100	R12, R13
10 10 08	Machos e moldes de fundição vazados não abrangidos em 10 10 07.	100	R12, R13
10 12 06	Moldes fora de uso.	100	R13
11 05 01	Escórias de zinco.	50	R13
12 01 01	Aparas e limalhas de metais ferrosos.	50000	R12, R13
12 01 02	Poeiras e partículas de metais ferrosos.	500	R12, R13
12 01 03	Aparas e limalhas de metais não ferrosos.	25000	R12, R13
12 01 04	Poeiras e partículas de metais não ferrosos.	500	R12

(O presente Alvará de Licença só pode ser reproduzido no seu todo (24 páginas))

12 01 05	Aparas de matérias plásticas.	250	R13
12 01 13	Resíduos de soldadura.	50	R13
12 01 17	Resíduos de materiais de granalhagem não abrangidos em 12 01 16.	50	R13
12 01 21	Mós e materiais de retificação usados não abrangidos em 12 01 20.	50	R13
15 01 01	Embalagens de papel e cartão.	1000	R12, R13
15 01 02	Embalagens de plástico.	500	R12, R13
15 01 03	Embalagens de madeira.	1000	R13
15 01 04	Embalagens de metal.	1000	R12, R13
15 01 06	Misturas de embalagens.	500	R12, R13
15 01 07	Embalagens de vidro.	100	R13
15 01 09	Embalagens têxteis.	100	R13
15 01 10 (*)	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas.	100	R13
16 01 03	Pneus usados.	100	R13
16 01 04 (*)	Veículos em fim de vida ligeiros	1200	R12, R13
16 01 06	Veículos em fim de vida ligeiros esvaziados de líquidos e outros componentes perigosos.	350	R12, R13
16 01 04 (*)	Veículos em fim de vida pesados	250	R12, R13
16 01 06	Veículos em fim de vida pesados esvaziados de líquidos e outros componentes perigosos.	100	R12, R13
16 01 12	Pastilhas de travões não abrangidas em 16 01 11	10	R13
16 01 16	Depósitos para gás liquefeito.	25	R13
16 01 17	Metais ferrosos.	1000	R12, R13
16 01 18	Metais não ferrosos.	1000	R12, R13
16 01 19	Plástico.	250	R13
16 01 20	Vidro.	250	R13
16 02 11 (*)	Equipamento fora de uso contendo clorofluorcarbonetos, HCFC, HFC.	25	R13
16 02 13 (*)	Equipamento fora de uso contendo componentes perigosos não abrangidos em 16 02 09 a 16 02 12.	25	R13
16 02 14	Equipamento fora de uso não abrangido em 16 02 09 a 16 02 13.	100	R13
16 02 15 (*)	Componentes perigosos retirados de equipamento fora de uso.	25	R13
16 02 16	Componentes retirados de equipamento fora de uso não abrangidos em 16 02 15. (inclui cabos e fios elétricos)	1000	R12, R13

16 06 01 (*)	Acumuladores de chumbo.	2000	R13
16 06 02 (*)	Acumuladores de níquel-cádmio.	50	R13
16 06 03 (*)	Pilhas contendo mercúrio.	10	R13
16 06 04	Pilhas alcalinas (exceto 16 06 03).	10	R13
16 06 05	Outras pilhas e acumuladores	10	R13
16 06 06 (*)	Eletrólitos de pilhas e acumuladores recolhidos separadamente.	20	R13
16 08 01	Catalisadores usados contendo ouro, prata, rênio, ródio, paládio, irídio ou platina (exceto 16 08 07).	50	R12, R13
16 08 02 (*)	Catalisadores usados contendo metais de transição ou compostos de metais de transição perigosos.	5	R13
16 08 03	Catalisadores usados contendo metais de transição ou compostos de metais de transição não especificados de outra forma.	50	R12, R13
16 08 07 (*)	Catalisadores usados contaminados com substâncias perigosas.	5	R13
17 01 01	Betão.	400	R13
17 01 01	Betão.	100	D15
17 01 02	Tijolos.	400	R13
17 01 02	Tijolos.	100	D15
17 01 03	Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos	400	R13
17 01 03	Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos	100	D15
17 01 07	Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos não abrangidas em 17 01 06.	400	R13
17 01 07	Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos não abrangidas em 17 01 06.	100	D15
17 02 01	Madeira.	500	R13
17 02 02	Vidro.	100	R13
17 02 03	Plástico.	250	R13
17 02 04 (*)	Vidro, plástico e madeira contendo ou contaminados com substâncias perigosas	20	R13
17 03 01 (*)	Misturas betuminosas contendo alcatrão.	10	R13
17 03 02	Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01.	50	R13
17 03 03 (*)	Alcatrão e produtos de alcatrão.	10	R13
17 04 01	Cobre, bronze e latão.	5000	R12, R13
17 04 02	Alumínio.	1500	R12, R13
17 04 03	Chumbo.	1000	R12, R13
17 04 04	Zinco.	1000	R12, R13
17 04 05	Ferro e aço.	10000	R12, R13

17 04 06	Estanho.	500	R12, R13
17 04 07	Mistura de metais.	5000	R12, R13
17 04 11	Cabos não abrangidos em 17 04 10.	1000	R12, R13
17 05 04	Solos e rochas não abrangidos em 17 05 03.	50	R13
17 05 04	Solos e rochas não abrangidos em 17 05 03.	50	D15
17 05 08	Balastros de linhas de caminho de ferro não abrangidos em 17 05 07.	100	R13
17 06 01 (*)	Materiais de isolamento contendo amianto.	10	D15
17 06 03 (*)	Outros materiais de isolamento contendo ou constituídos por substâncias perigosas.	10	D15
17 06 04	Materiais de isolamento não abrangidos em 17 06 01 e 17 06 03.	20	D15
17 06 05 (*)	Materiais de construção contendo amianto.	10	D15
17 08 01 (*)	Materiais de construção à base de gesso contaminados com substâncias perigosas	10	D15
17 08 02	Materiais de construção à base de gesso não abrangidos em 17 08 01.	10	R13
17 08 02	Materiais de construção à base de gesso não abrangidos em 17 08 01.	10	D15
17 09 04	Mistura de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03.	50	R12, R13
17 09 04	Mistura de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03.	50	D15
19 01 02	Materiais ferrosos removidos das cinzas.	5000	R12, R13
19 01 12	Cinzas e escórias não abrangidas em 19 01 11.	100	R12, R13
19 10 01	Resíduos de ferro ou aço.	50000	R12, R13
19 10 02	Resíduos não ferrosos.	10000	R12, R13
19 10 04	Frações leves e poeiras não abrangidas em 19 10 03.	200	R13
19 10 06	Outras frações não abrangidas em 19 10 05.	100	R12, R13
19 12 01	Papel e cartão.	1000	R12, R13
19 12 02	Metais ferrosos.	50000	R12, R13
19 12 03	Metais não ferrosos.	20000	R12, R13
19 12 04	Plástico e borracha.	500	R13
19 12 05	Vidro.	500	R13
19 12 07	Madeira não abrangida em 19 12 06.	500	R13
19 12 12	Outros resíduos (incluindo misturas de materiais) do tratamento mecânico de resíduos não abrangidos em 19 12 11.	100	R12, R13
20 01 01	Papel e cartão.	1500	R12, R13

20 01 02	Vidro.	500	R13
20 01 11	Têxteis.	500	R13
20 01 21 (*)	Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio.	2	R13
20 01 23 (*)	Equipamento fora de uso contendo clorofluorcarbonetos	30	R13
20 01 33 (*)	Pilhas e acumuladores abrangidos em 16 06 01, 16 06 02 ou 16 06 03 e pilhas e acumuladores não triados contendo essas pilhas ou acumuladores	15	R13
20 01 34	Pilhas e acumuladores não abrangidos em 20 01 33.	10	R13
20 01 35 (*)	Equipamento elétrico e eletrônico fora de uso não abrangido em 20 01 21 ou 20 01 23 contendo componentes perigosos.	250	R13
20 01 36	Equipamento elétrico e eletrônico fora de uso não abrangido em 20 01 21, 20 01 23 ou 20 01 35.	250	R12, R13
20 01 38	Madeira não abrangida em 20 01 37.	500	R13
20 01 39	Plásticos.	250	R12, R13
20 01 40	Metais	25000	R12, R13
20 03 07	Monstros.	100	R13

nos termos da Portaria nº 209/2004 de 3 de março, sendo a capacidade instantânea de armazenamento de 29 toneladas para os resíduos perigosos, 167 toneladas para resíduos de fluxos específicos (VFV, REEE e pilhas e acumuladores) e 2883 toneladas para os resíduos não perigosos. No respeitante à quantidade máxima anual de resíduos objeto das operações de gestão de resíduos supramencionados temos 289452 toneladas para a operação de valorização R13, 276850 toneladas para a operação de valorização R12 e 570 toneladas para a operação de eliminação D15.



3. Condições a que ficam submetidas as operações de gestão de resíduos

- 3.1 O titular desta licença deverá assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos de gestão de Veículos em Fim Vida, de acordo com o estipulado nos anexos III, IV e, se aplicável, no anexo V, nos termos do Decreto-lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-lei n.º 64/2008, de 8 de abril, bem como as alterações introduzidas pelo artigo 8.º do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.
- 3.2 Caso se verifique a exportação de peças em segunda mão para países terceiros deverão ser cumpridos os critérios estabelecidos pela Agência Portuguesa do Ambiente no ofício circular 1055/09/DOGR/DRESC/ 3309 que se anexa e faz parte integrante deste alvará.
- 3.3 Nos termos do Decreto-lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-lei n.º 64/2008, de 8 de abril, a emissão desta licença não confere ao seu titular a faculdade de emissão de certificados de destruição para os resíduos com o código LER16 01 06.
- 3.4 Para uma correta gestão de pilhas e acumuladores o titular desta licença deverá cumprir com os requisitos explanados no Decreto-lei n.º 6/2009, de 6 de janeiro. Os acumuladores deverão ser armazenados com o líquido no seu interior e na posição vertical, com as aberturas fechadas e voltadas para cima e em local munido de bacia de retenção.
- 3.5 Relativamente aos pneus usados originados no estabelecimento, deverá ser dado cumprimento às disposições do Decreto-lei n.º 111/2001 de 6 de abril e Decreto-lei n.º 43/2004 de 2 de março com as alterações introduzidas pelo artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 73/2011, 17 de junho .
- 3.6 Os pneus usados não podem ser armazenados misturados com outros resíduos ou materiais e devem cumprir os seguintes requisitos de armazenagem:
- a) A instalação deve ser protegida de ações adversas externas de modo a impedir a dispersão dos pneus armazenados e a nidificação de insetos e roedores.

(O presente Alvará de Licença só pode ser reproduzido no seu todo (24 páginas))

b) O armazenamento deverá ser efetuado em filas, ou seja, dividido em ruas possibilitando isolar áreas que originaram incidentes ou acidentes.

c) As pilhas de pneus usados devem ter no máximo 6 metros de altura, 76 metros de comprimento e 15 metros de largura; devem ser dispostas de modo a evitar possíveis danos às pessoas alocadas à instalação.

d) As pilhas de pneus deverão estar arrumados de forma a permitir a circulação entre si e em relação às paredes da instalação, bem como permitir o acesso de equipamento e veículos de emergência.

3.7O titular desta licença compromete-se a realizar a operação de gestão de resíduos de embalagem, de acordo com os princípios e as normas aplicáveis definidos no Decreto-lei nº 366-A/97 de 20 de dezembro alterado pelo Decreto-lei nº 92/2006, de 25 de maio.

3.8Para a correta gestão de resíduos de construção e de demolição (RCD), o titular desta licença deverá cumprir com os requisitos explanados no Decreto-lei nº 46/2008, de 12 de março, nomeadamente os requisitos mínimos constantes no Anexo I, do referido Decreto-lei, na redação que lhe foi conferida pelo art.º 11º, do Anexo II, do Decreto-lei nº 73/2011, de 17 de junho.

3.9O operador deverá dar cumprimento ao disposto no artigo 16º no Anexo III do Decreto-lei nº 46/2008 de 12 de março, bem como aos requisitos da Portaria nº 417/2008 de 11 de junho, no respeitante às guias de acompanhamento dos RCD's.

3.10O local da instalação onde se realize o armazenamento dos resíduos de equipamento elétrico e eletrónico (REEE) deverá cumprir com os requisitos do ponto I do Anexo IV do Decreto-Lei nº 67/2014, de 7 de maio.

- 3.11 Os REEE deverão ser armazenados por categorias; até 14 de agosto de 2018 de acordo a classificação estipulada pelo Anexo I do Decreto-Lei nº 67/2014, de 7 de maio e posteriormente, de acordo com o Anexo II do mesmo diploma.
- 3.12 O titular desta licença encontra-se autorizado a promover o desmantelamento dos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos não perigosos (ou perigosos, colocar conforme o aplicável), discriminados na listagem do Anexo a esta licença, devendo ter em atenção o tratamento seletivo a promover aos materiais e componentes retirados desse tratamento.
- 3.13 No respeitante à operação de desmantelamento de REEE, esta deverá ser efetuada em local que cumpra os requisitos estabelecidos no ponto 2, do Anexo IV, do Decreto-lei nº 67/2014, de 7 de maio.
- 3.14 As operações de desmantelamento de REEE deverão incluir, no mínimo, a remoção de todos os fluídos e um tratamento seletivo de materiais e componentes de REEE, de acordo com o disposto no anexo V do Decreto-Lei nº 67/2014, de 7 de maio.
- 3.15 Os locais de tratamento de REEE deverão ser dotados de contentores adequados para o armazenamento de pilhas, condensadores com PCB/PCT e outros resíduos perigosos.
- 3.16 Relativamente aos componentes contendo PCB/PCT deverá ser dado cumprimento às disposições estabelecidas no Decreto-lei nº 277/1999, de 23 de julho, alterado pelo Decreto-lei nº 72/2007, de 27 de março.
- 3.17 Deverá dar cumprimento à Lei n.º 54/2012, de 6 de Setembro, que define os meios de prevenção e combate ao furto e de recetação de metais não preciosos com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos, assim como às medidas previstas na mesma. Na sequência do preceituado no nº 2 do Artigo 5º da Lei n.º 54/2012, de 6 de Setembro, a comunicação prévia deverá ser remetida para o seguinte endereço de e-mail: lei54metais@rnsi.mai.gov.pt



3.18A operação de gestão de resíduos perigosos deverá ser realizada em conformidade com os procedimentos estabelecidos no “Regulamento das Unidades de Gestão de Resíduos Perigosos”, aprovado, por despacho de 10.12.2009 do Diretor-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, ao abrigo do artigo 11º do Decreto-lei nº 178/06 de 5 de setembro e disponibilizado em

http://www.apambiente.pt/_zdata/Regulamento%20das%20Unidades%20de%20Gestao%20de%20residuos%20Perigosos%20no%20CIRVER.pdf

3.19 Todos os resíduos perigosos, ou os que possuem componentes perigosos, terão que ser armazenados em área coberta, devidamente vedada e impermeabilizada, acondicionados em caixas estanques, cujo material constituinte não reaja com os líquidos que possam ser derramados pelos resíduos.

3.20Os locais de armazenagem de resíduos perigosos deverão ser separados fisicamente dos dedicados aos resíduos perigosos.

3.21A zona de armazenamento de resíduos perigosos deverá estar dotada de dispositivo que permita o confinamento ou eventuais derrames. Em caso de derrame não deverão ser efetuadas operações de lavagem, e, quando necessário, a limpeza de pavimento contaminado deverá ocorrer a seco, com utilização de absorventes sólidos, recolhidos para posterior tratamento.

3.22O registo de receção de cada carga deverá incluir a proveniência, o dia e a hora de chegada e ainda, sempre que pertinente, e mesmo que a inspeção seja apenas visual, os dados considerados úteis para garantir o controlo adequado dos resíduos recebidos.

3.23Por razões de segurança deverá ser dada atenção às condições dos resíduos aquando da sua entrega, de forma a minimizar as emissões gasosas e os perigos de formação de misturas inflamáveis com outros resíduos contendo substâncias orgânicas voláteis.

- 3.24 Os operadores devem colocar resíduos contendo materiais com características de ignescência, reatividade, ou corrosibilidade, longe de fontes de ignição. Este tipo de proteção implica a colocação de avisos como «proibido fumar» e «proibido o uso de telemóveis». Iguais precauções devem ser exercidas sobre a armazenagem, num mesmo local, de resíduos que sejam incompatíveis ou que possam reagir facilmente entre si, mesmo quando armazenados em locais distintos mas próximos, devido à potencial mistura de escorrências ou derrames.
- 3.25 Sempre que os sistemas de segurança das instalações não revelem ser suficientes para garantir as melhores condições de salvaguarda da saúde pública e do ambiente, os resíduos líquidos orgânicos de maior inflamabilidade deverão ser armazenados sob atmosfera inerte de azoto.
- 3.26 Os contentores que aguardem amostragem ou esvaziamento deverão ser armazenados em áreas cobertas e ventiladas. Os contentores que contenham substâncias sensíveis à luz e ao calor devem ser armazenados em zonas igualmente cobertas e protegidas da luz e do calor.
- 3.27 A unidade deverá dispor de fichas de segurança com indicação do nome dos resíduos, da sua natureza, das características físicas e químicas, dos elementos de proteção individual e das normas de atuação no caso de incêndios e primeiros socorros.

4. Condições gerais

- 4.1 O titular desta licença compromete-se a realizar a operação de gestão de resíduos sem pôr em perigo a saúde humana e o ambiente, e a respeitar os princípios estabelecidos no Título I do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho, que lhe sejam aplicáveis.
- 4.2 O titular desta licença compromete-se a implementar as normas técnicas aplicáveis à gestão dos resíduos objeto desta licença, nomeadamente, as previstas nos art.º 20º a 22º-A do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.
- 4.3 O titular desta licença é ainda responsável pelo cumprimento de toda a legislação aplicável à presente atividade de gestão de resíduos, nomeadamente, em matéria de ambiente e de higiene, saúde e segurança no trabalho, sem prejuízo do cumprimento de todas as condições que venham a ser impostas, em qualquer momento, pela CCDR-N ou por outras entidades no âmbito das suas competências.
- 4.4 Os resíduos gerados na instalação não poderão ser armazenados no local de produção, por um período superior a um ano, sem autorização para tal, de acordo com o artigo 32º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho
- 4.5 A operação de gestão de resíduos deverá ser sempre realizada sob a direção de um responsável técnico, o qual deve deter as habilitações profissionais para o efeito, de acordo com o artigo 20º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho. Deverá ser sempre comunicado a esta Comissão a alteração do técnico responsável pela operação de gestão de resíduos.
- 4.6 O transporte de resíduos em território nacional deverá ser efetuado de acordo com as disposições da Portaria n.º 335/97 de 16 de maio. O transporte deverá ser sempre acompanhado das respetivas guias modelo n.º 1428 da Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

- 4.7 Na situação de importação e/ou encaminhamento dos resíduos para instalações, devidamente legalizadas, no estrangeiro, deverá ser dado cumprimento ao Decreto-lei nº 45/2008, de 11 de março, que assegura a execução e garante o cumprimento do estabelecido no Regulamento (CEE) nº 1013/2006, do Conselho, de 14 de junho, relativo à fiscalização e ao controlo das transferências de resíduos no interior, à entrada e à saída da Comunidade.
- 4.8 O transporte de resíduos perigosos deve respeitar a legislação em vigor, nomeadamente o Regulamento Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas por estrada, aprovado pelo Decreto-lei nº 41-A/2010 de 29 de abril e pela Declaração de Retificação nº 18/2010 de 28 de junho.
- 4.9 O titular desta licença deverá estabelecer o registo de cargas de resíduos recusadas, incluindo a informação relativa ao motivo da recusa, origem e classificação dos resíduos, de acordo com a Portaria nº 209/2004, de 3 de março, número da respetiva guia de acompanhamento, identificação do transportador, bem como outras informações consideradas relevantes.
- 4.10 Deverão ser adotados procedimentos de receção de resíduos com a definição de critérios de admissibilidade de resíduos na instalação, designadamente em termos das suas características de perigosidade e condições de acondicionamento.
- 4.11 Deverá ser efetuada avaliação das características dos resíduos rececionados, ainda que mantenham o mesmo código LER, de forma a verificar se o processo de tratamento é o mais adequado ou se a mudança das características dos resíduos permite ou aconselha alteração dos procedimentos.
- 4.12 O titular desta Licença terá que se registar no SIRAPA – Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente, e, por conseguinte, dar cumprimento à Portaria n.º 1408/2006 de 18 de dezembro, relativa ao SIRER. Deverão ser preenchidos anualmente os

mapas integrados de registo de resíduos, nos termos do estabelecido no n.º 2 do artigo 49-B do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

- 4.13 Os locais de trabalho da unidade de gestão de resíduos, deverão possuir condições adequadas de renovação de ar, privilegiando a ventilação natural e, caso se mostre necessário, deverão instalar-se meios que permitam uma renovação de ar forçada, de forma silenciosa.
- 4.14 No respeitante aos óleos usados originados no estabelecimento, deverá ser dado cumprimento às disposições do Decreto-lei n.º 153/2003, de 11 de julho, tendo em conta as alterações dispostas no artigo 7.º, do Anexo II, do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.
- 4.15 É proibida a mistura de óleos com outras substâncias, uma vez que estes produtos prejudicam o tratamento do óleo usado.
- 4.16 A armazenagem de óleos usados deverá ser efetuada de forma a não provocar qualquer dano para o ambiente nem para a saúde humana e de forma a evitar a possibilidade de derrame, incêndio ou explosão, devendo ser respeitadas as condições de segurança relativas às características que conferem perigosidade ao(s) resíduo(s).
- 4.17 Os óleos usados devem ser armazenados em reservatórios separados, relativamente a outros resíduos, nomeadamente resíduos facilmente inflamáveis. Os óleos usados devem ser armazenados de forma que não seja possível a sua contaminação, nomeadamente por água ou poeiras.
- 4.18 Os óleos usados devem ser armazenados de forma que seja sempre possível e em qualquer altura detetar derrames e fugas.
- 4.19 Todos os locais de armazenagem de óleos usados deverão estar dotados de material absorvente pronto a usar em caso de pequenos derrames e ostentar em local visível, instruções sobre a sua utilização e encaminhamento a dar aos resíduos resultantes da limpeza.

- 4.20 A identificação dos óleos usados deverá ser efetuada de acordo com as normas e regulamentos em vigor, devendo ser indelével, permanente e identificado com toda a clareza o código da Lista Europeia de Resíduos (Portaria n.º 209/2004, de 3 de março), e as características que conferem perigosidade ao resíduo.
- 4.21 Deve ser assegurada a adequada ventilação do local de armazenagem temporária. O sistema de ventilação deverá ser dimensionado de forma a impedir a acumulação de gases inflamáveis em concentrações suscetíveis de causar danos para a saúde humana e para o ambiente, devendo ser considerados os quantitativos máximos de óleos usados armazenados, bem como as características de construção do local.
- 4.22 Os reservatórios ou embalagens utilizados na armazenagem de óleos usados devem estar em boas condições, não apresentando sinais de enferrujamento severo nem exibindo sinais de deterioração, defeitos estruturais, ou fugas visíveis, devendo ser dada especial atenção à sua resistência.
- 4.23 Qualquer local destinado à armazenagem de óleos usados deverá estar devidamente identificado. Todos os locais de acesso devem ostentar avisos relativos à proibição de fumar, atear fogo ou utilizar equipamentos suscetíveis de provocar faíscas ou calor.
- 4.24 Os locais de armazenagem temporária de óleos usados deverão ser dotados de extintores e/ou outros meios de combate a incêndios. Estes meios deverão ser devidamente dimensionados devendo ser considerados os quantitativos máximos de óleos usados armazenados, bem como as características de construção do local.
- 4.25 Os pavimentos das instalações deverão dispor de caleiras devendo a capacidade de contenção das respetivas bacias ser, de 110% da capacidade de armazenagem do maior contentor ou de 25% da capacidade total dos contentores, consoante o que for maior. Alternativamente os

equipamentos poderão estar colocados dentro de bacia de contenção individual, a qual deverá possuir, pelo menos, 50% da capacidade máxima do mesmo.

4.26O abastecimento de água é efetuado a partir da rede pública e furo vertical, devendo ser dado cumprimento ao estipulado na respetiva Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos para Pesquisa e Captação de Água Subterrânea N° A007132.2014.RH3.

4.27O encaminhamento das águas residuais do tipo doméstico e das águas oleosas após tratamento prévio em EPTAR própria é efetuado para a rede pública de saneamento, conforme autorização de descarga de águas residuais industriais na rede municipal de saneamento N° 115/IND/03-2014, válido até 31 de março de 2015.

4.28Em caso de alteração dos equipamentos utilizados no exterior da instalação, o titular desta licença deverá assegurar que os equipamentos cumprem o Decreto-Lei n° 221/2006, de 8 de novembro. E, ainda, que a alteração da atividade da empresa cumpre o estipulado no artigo 13° do Decreto-lei n° 9/2007, 17 de janeiro – Regulamento Geral do Ruído e deverá evidenciá-lo através de um relatório de ensaio de ruído. Este ensaio deverá ser realizado por laboratório com ensaios de ruído ambiente acreditados pelo organismo nacional de acreditação, IPAC - Instituto Português de Acreditação, I.P, de acordo com artigo 34° do mesmo diploma.

4.29O titular desta licença deverá assegurar que o manuseamento e tratamento de resíduos é realizado com recurso às melhores técnicas disponíveis permitindo assegurar a minimização de impactes para a envolvente do local relativamente à emissão de ruído e à libertação difusa de partículas para a atmosfera durante a realização das operações de gestão de resíduos no exterior da instalação.

4.30A instalação deverá contemplar medidas de prevenção dos riscos de incêndio e de explosão, em conformidade com normas em vigor para proteção de incêndio e de explosão, bem como

medidas de segurança, autoproteção de um plano de emergência interno relativo à prevenção de riscos, sistemas de alarme, de evacuação e de emergência.

4.31 Deve existir em arquivo nas instalações um dossier com um processo devidamente organizado e atualizado referente ao licenciamento da operação de gestão de resíduos, devendo nele estarem incluídos todos os elementos relevantes. Sempre que solicitado pela Entidades com competências de fiscalização, o dossier em questão deverá ser disponibilizado.

4.32 O titular desta licença deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras licenças exigíveis por outras Entidades.

4.33 O objeto da licença fica sujeito à fiscalização e inspeção das autoridades competentes, obrigando-se o titular da licença a facultar o livre acesso aos agentes dessas autoridades e a fornecer todas as informações necessárias ao desempenho das funções de inspeção e fiscalização.

4.34 Da inobservância de qualquer das condições impostas resulta a caducidade imediata desta licença, conforme o estipulado no n.º 3 e 4 do artigo 38, bem como no n.º 1 e 2 do artigo 39º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

4.35 Os litígios que surjam relativamente a esta licença serão resolvidos pelos Tribunais Portugueses.

4.36 Em caso de ocorrência de qualquer situação suscetível de gerar efeitos adversos sobre a saúde humana e/ou ambiente, o operador deve notificar a CCDRN desse facto, tão rapidamente quanto possível e no prazo máximo de 24 horas após a ocorrência.

4.37 A paragem de laboração da instalação ou de partes desta deve ser efetuada de forma segura tanto para a saúde humana como para o ambiente em todas as suas componentes/descriptores, eliminando focos de potenciais emergências a estes níveis.

4.38 Em caso de cessação da atividade de operação de gestão de resíduos, deverá ser apresentado à CCDRN um pedido de renúncia instruído com a documentação necessária, de modo a evidenciar que a cessação da atividade não produzirá qualquer passivo ambiental, de acordo com o artigo 40º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

4.39 A licença em apreço poderá ser suspensa ou revogada caso se verifiquem quaisquer um dos casos contemplados no artigo 38º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

4.40 O operador terá que dar cumprimento às disposições legais do Decreto-Lei n.º 147/2008 de 29 de julho sobre responsabilidade ambiental.

A Diretora de Serviços de Ambiente



(Paula Pinto)